
ESTUDO DE CASO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL EM ESFERA POLÍTICA: GÊNERO, DISCURSO E LEGITIMAÇÃO

A case study about the construction of social identity in a political context: gender, discourse and legitimation

Gilmar Bueno Santos¹

Ida Lúcia Machado²

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo investigar, por meio dos pronunciamentos da Presidenta Dilma Rousseff, as relações estabelecidas com a construção da identidade social, gênero, discurso e legitimação em contexto político. A análise dos dados nos permitiu concluir que as estratégias discursivas presentes na construção da identidade social foram utilizadas buscando-se a legitimidade em razão da inserção política da mulher.

Palavras-Chave: Discurso; Gênero; Legitimação.

ABSTRACT: This paper aims to investigate through the pronouncements of President Dilma Rousseff and their relations established for the construction of social identity, gender, discourse and legitimation in the political context. The data analysis allowed us to conclude that the discursive strategies presented in the construction of social identity were used to provide legitimacy according to the political inclusion of women.

Keywords: Discourse; Gender; Legitimation.

¹ Doutor em Linguística do Texto e do Discurso e Residente Pós-Doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da FALE/UFMG.

² Docteur ès Lettres - Université de Toulouse II. Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da FALE/UFMG.

1- INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo, a partir dos pronunciamentos da Presidenta Dilma Rousseff à nação, desvelar o processo de construção da identidade social, em esfera política, bem como a inter-relação gênero, discurso e legitimação.

Conforme argumenta Charaudeau (2006, p.252), o fenômeno político é objeto de estudo de diferentes disciplinas como, por exemplo, as Ciências Políticas (fatos políticos), a Sociologia (fatos sociais), o Direito (fatos jurídicos) e a Filosofia Política (fatos morais). Devido ao fato de o discurso atravessar todas essas dimensões do fenômeno político, impõe-se uma interdisciplinaridade, na qual questões resultantes da relação entre linguagem e ação são tratadas e, estas incidem nas estratégias discursivas.

Assim sendo, para a fundamentação teórico-analítica acerca da construção da identidade social, no e pelo discurso, em esfera política ó da primeira mulher a ser eleita e a exercer o cargo de chefe de Estado da República Federativa do Brasil ó torna-se relevante considerar o processo histórico, sociocultural de inserção da mulher em um universo, de certa forma, predominantemente masculino.

2 ó BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA FORMAL

Os direitos políticos da mulher (votar e ser votada) são resultados de um longo processo de mobilização com vistas a sua inserção em um ambiente predominantemente dominado pelos homens. Dentre as diversas estratégias utilizadas pelas mulheres, podemos destacar as organizações feministas, as publicações em periódicos produzidos e voltados para o público feminino, as intervenções artísticas e culturais, bem como as lutas de mulheres de notável ascendência social e cultural.

Em relação ao sufrágio feminino, a Nova Zelândia foi o primeiro país a garantir à mulher o direito ao voto, em 1893, e de ser eleita, em 1918. Posteriormente, a Austrália em 1902, sendo que apenas em 1962 foram eliminadas as restrições. Na Finlândia os direitos políticos da mulher foram permitidos a partir de 1906, sem quaisquer restrições.

Nessa perspectiva, conforme Pinheiro (2007, p.59-61), somente em 1932 a participação da mulher na política formal do Brasil foi materializada por meio dos direitos de

votar e de ser votada, o que permitiu ao país figurar na vanguarda da América Latina³, junto ao Equador (1929) e ao Chile (1931). A referida autora declara que na Argentina essa situação ocorreu em 1947 e no Paraguai em 1961, destacando-se que, no Continente Europeu, as mulheres suíças somente adquiriram estes direitos em 1971, sendo que em Portugal foram eliminadas todas as restrições ao voto feminino em 1976.

No Brasil, em se tratando da Constituinte de 1890, destaca-se o intenso debate acerca do voto feminino e os argumentos contrários ao sufrágio se baseavam na fragilidade física e intelectual da mulher e, em decorrência de seu papel fundamentalmente desempenhado junto ao lar (responsável pela moral e formação da família), ela não deveria atuar em um ambiente exclusivamente masculino.

Apesar dos diversos argumentos contrários à concessão do sufrágio, foram apresentadas propostas (negadas sob a alegação de que o voto feminino resultaria na dissolução da família brasileira) nas quais este poderia ser concedido às mulheres diplomadas com títulos científicos e de professora e, se estas não estivessem sob o poder marital, nem paterno, às mulheres que estivessem na posse de seus bens, às cidadãs, solteiras ou viúvas, diplomadas em direito, medicina ou farmácia e as que dirigissem estabelecimentos docentes, industriais ou comerciais (BRASIL, 2012).

A Constituição de 1891 promulgou como eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistassem na forma da lei, não prevendo e, tampouco, proibindo, textualmente, às mulheres o direito ao sufrágio, mas apenas estabelecendo como não alistáveis os analfabetos, os mendigos, os praças de pré e os religiosos submetidos a um estatuto que implicasse a renúncia da liberdade individual. Assim, o texto constitucional não permitia que as mulheres se alistassem, pois se alegava a necessidade de criação de uma lei específica para esse direito.

Posteriormente, Getúlio Vargas promulga o novo Código Eleitoral, por meio do Decreto no. 21.076/32, de 24 de fevereiro de 1932, estendendo às mulheres o direito de votarem e serem votadas, pois se considerava como eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo. A Constituição, promulgada em 16 de julho do mesmo ano, dispunha como eleitores os cidadãos de um ou de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistassem na forma da lei, porém determinava que o alistamento e o voto fossem obrigatórios para os homens, e

³ Conforme SANTOS (2002, p.297-303), o sufrágio feminino em outros países ocorreu nos seguintes anos: Uruguai ó1932; Cuba ó 1934; El Salvador ó 1939 (facultativo até 1950); República Dominicana ó 1942; Jamaica ó1944; Guatemala ó 1945 (optativo até 1956); Trinidad Tobago ó 1945; Venezuela ó 1946; Panamá ó 1946; Argentina ó 1947; Suriname ó 1948; Costa Rica ó 1949; Bolívia: 1952; Guiana ó 1953; Honduras ó1954; México ó1954; Peru ó1955; Colômbia ó1957; Nicarágua ó 1957; Bahamas ó 1964.

para as mulheres, quando estas exercerem função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar.

Nas eleições para a Constituinte de 1933 apenas foram eleitas uma mulher titular (Carlota Pereira de Queiroz) pelo Estado de São Paulo e uma suplente (Bertha Lutz) pelo Distrito Federal. Em se tratando dos deputados classistas, eleitos indiretamente pelos sindicatos, havia uma única mulher (Almerinda Farias Gama) representante do Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos e da Federação do Trabalho do Distrito Federal.

Por meio do Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, regulamentava-se em todo o país o processo eleitoral: o alistamento e o voto eram obrigatórios para os brasileiros, de um e outro sexo, salvo os inválidos, os maiores de 65 anos, os brasileiros a serviço do País no estrangeiro, os oficiais das forças armadas em serviço ativo, os funcionários públicos em gozo de licença ou de férias exteriores ao seu domicílio, os magistrados e as mulheres que não exerciam profissão lucrativa.

Na Constituição de 1946 não havia restrições aos direitos políticos femininos, sendo, portanto, estabelecido que fossem eleitores os brasileiros maiores de 18 anos que se alistassem na forma da lei, sendo o alistamento e o voto obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei.

Outro marco histórico para a inserção feminina na esfera política refere-se à criação de cotas, em termos de gênero, por meio das Leis no. 9.100/95 e no. 9.504/97, com o objetivo de reverter o caráter excludente do sistema político brasileiro. Destaca-se que a Lei 9.100 previa uma cota mínima de 20% das vagas de cada partido ou coligação para a candidatura de mulheres e, a Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, dispunha que cada partido ou coligação deveria reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo ou coligação para a candidatura de mulheres. Por conseguinte, em 2009, a Lei nº 12.034 estabeleceu a obrigatoriedade, por cada partido, de um número mínimo de 30% e máximo de 70% de candidaturas de cada sexo e, também, que 5% dos recursos do fundo partidário fossem usados em ações para fortalecer e promover as candidaturas femininas.

Embora as premissas legais fortaleçam a participação feminina no processo eleitoral, segundo Pinheiro (2007, p.73-74), esse é um fenômeno em construção, no qual muitas barreiras devem ser vencidas, buscando-se alterar, de maneira profunda, a cultura e os costumes da sociedade brasileira, de modo que as mulheres se identifiquem como detentoras de espaço e de legitimidade para atuar no campo político.

Na seção a seguir, serão expostos alguns pressupostos teóricos acerca da identidade social fundamentais para a análise dos pronunciamentos da Presidenta Dilma Rousseff.

3- IDENTIDADE SOCIAL

Os pressupostos teóricos de Moita Lopes (2008), Rajagopalan (1998), Charaudeau (2009), Ciampa (1992) são importantes para a análise, a ser percorrida nesse artigo, acerca do processo de construção da identidade social, em esfera política e, com efeito, da inter-relação: estratégias linguísticas, gênero e discurso.

Nas situações comunicativas do cotidiano, as escolhas linguístico-discursivas realizadas pelos falantes, na maioria das vezes, estão pautadas em valores sociais, culturais, econômicos, pessoais etc. Assim, a identidade se relaciona com as representações e sentimentos que as pessoas desenvolvem a respeito de si mesmas, partindo de suas vivências e de dados pessoais, como cor da pele, sexo, idade etc. (MOITA LOPES, 2008; RAJAGOPALAN, 1998).

De acordo com Charaudeau (2009, p.309):

(...) a identidade é o que permite ao sujeito tomar consciência de sua existência, o que se dá através da tomada de consciência de seu corpo (um estar-aí no espaço e no tempo), de seu saber (seus conhecimentos sobre o mundo), de seus julgamentos (suas crenças), de suas ações (seu poder fazer). A identidade implica a tomada de consciência de si mesmo.

Rajagopalan (1998) vê a identidade individual como algo estável e que não tem utilidade em um mundo marcado pela crescente migração de massas e pela entremesclagem cultural, religiosa e étnica. Destarte, os sujeitos possuem diversas matrizes identificatórias, sendo portadores de várias identificações, ou seja, possuem inúmeras vozes que vêm à tona de acordo com suas necessidades linguísticas e do momento sócio-histórico-ideológico no qual se encontram. O sujeito contemporâneo é fragmentado, fluido e se modifica de acordo com as mudanças históricas, políticas e culturais da atualidade (MOITA LOPES, 2008).

Nesse particular, torna-se relevante considerar o contexto social, histórico e ideológico em que ocorre a interação entre interlocutores, pois conforme argumenta Ciampa (1992, p.72), o estudo da identidade do indivíduo não é dissociado do estudo da identidade da sociedade, sendo que é a partir do contexto histórico e social em que o homem vive que decorrem suas determinações e emergem as possibilidades ou impossibilidades, os modos e as alternativas de identidade.

Em se tratando do indivíduo inserido em uma esfera política, Charaudeau (2009, p.313) afirma que o sujeito político se encontra como aquele que carrega e garante valores fundadores de certa idealidade social e também responsável em promover a adesão do maior número de cidadãos aos valores. Desta feita, o sujeito político está situado entre a sede de um pensamento a respeito de como viver em sociedade e a gestão do poder.

Para compreensão e análise da prática política feminina devem ser considerados também outros fatores relevantes como, por exemplo: trajetória política, relações de gênero, estratégias linguísticas, aspectos históricos, culturais, sociais, etc.

A identidade é um processo a ser apreendido em seu movimento de constituição, uma vez que no contexto social, em que é construída, estão imbricadas as relações sociais estabelecidas entre os interlocutores, as características que aos sujeitos são inscritas e aos grupos em que está inserido. Assim, por meio da ação discursiva, emergem da construção da identidade social diversos aspectos que contribuem para a caracterização do sujeito como portador de uma identidade social adquirida através de um processo contínuo de convivência com seus semelhantes.

Ao tratarmos, nesse artigo, alguns aspectos inerentes à identidade social de uma mulher, Chefe de Estado, não intentamos singularizar a sua essência, mas desvelar mecanismos discursivos condicionados à esfera de atuação política, uma vez que a identidade não é algo acabado e, nesse sentido, está em constante construção.

4- ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE GÊNERO E LINGUAGEM

Conforme Silveira (2008), a partir dos movimentos feministas, os estudiosos das questões relativas às mulheres agregaram novas concepções à palavra gênero como, por exemplo, uma construção sociocultural (as diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres são apenas naturais e não uma relação pré-determinada e pré-estabelecida); uma dimensão da vida humana socialmente construída (o sexo e a sexualidade são considerados não apenas vinculados ao lado animal da espécie humana, mas como expressão da humanidade); uma construção histórica, no tempo e no espaço, variável de acordo com as épocas e lugares, as sociedades/culturas e no interior destas; os modos como as sociedades e grupos sociais interpretam e dão significado às diferenças entre os sexos e às relações que se estabelecem entre si; um conceito abrangente relacionado a vários outros elementos

constitutivos das identidades de homens e mulheres (classe social, etnia, geração, religião etc); um conceito que significa relações de poder.

No Brasil, os estudos, que abordam as relações de gênero, acompanham diferentes momentos dos movimentos sociais feministas. Esses movimentos surgem no Brasil em meados da década de 60, mas, no final das décadas de 80 e no decorrer dos anos 90, a prática desses movimentos sociais apresenta novas formas de atuação e de inserção na sociedade, que por consequência, também refletem a trajetória dos estudos de gênero no país (SILVA, 2000).

No seu conjunto, a partir da década de 80, as pesquisas apontam também o caráter relacional entre os sexos, que é construído socialmente a partir das relações de poder, o que favorece o surgimento de hierarquias que conduzem à desigualdade social.

Silva (2000) afirma que, nos anos 90, o movimento das mulheres começou a se organizar sob a forma de instituições não governamentais disseminadas pelo país e financiadas por órgãos nacionais e internacionais.

A categoria gênero focaliza o processo de construção sociocultural da feminilidade e da masculinidade em diferentes sociedades, tendo como parâmetro algumas teorias sociais. Para o Marxismo, por exemplo, o cerne da questão é a exploração que começaria na família devido a subordinação do trabalho feminino ao patriarcalismo.

Neste artigo, o termo gênero se refere às características oriundas de expectativas socioculturais sobre o modo como nos conduzimos, nos vemos e como vemos o outro.

Diversos estudos podem ser citados como, por exemplo, os relacionados aos estereótipos da fala feminina (Lakoff, 1975), à linguagem utilizada para se referir à mulher (Lakoff, 1975; Leitão, 1988; Chaika, 1994, Wood, 1993), ao que e ao como as mulheres falam (Fishman, 1983; Zimmerman e West, 1975; Poyton, 1990; Cameron, 1994; Tannen, 1990, 1994), às dinâmicas interativas no discurso da mulher (Valério, 2000) e ao discurso feminino e à identidade social (Ferreira, 2002).

Por meio desses estudos, surgiram diversos pressupostos teóricos acerca do universo feminino, destacando-se as estratégias de gestão do turno conversacional, indiretividade, inserção social, introdução de tópicos, estilo interativo, comportamento linguístico da mulher etc.

5- ABORDAGEM DISCURSIVA DOS DADOS

Para efeito de análise, o *corpus* desse trabalho é constituído por três pronunciamentos de Dilma Rousseff, a saber: discurso durante cerimônia de diplomação no Tribunal Superior Eleitoral (01/01/2011 às 00h00 ó TSE), discurso durante compromisso constitucional perante o Congresso Nacional (01/01/2011 às 16h55 ó CN) e discurso no Parlatório do Palácio do Planalto (01/01/2011 às 18h00 ó PP)⁴.

Em relação às escolhas lexicais de Dilma Rousseff para se referir ao outro, em seu discurso, observa-se que o uso pareado dos vocábulos *brasileiros, brasileiras, cidadão, cidadã, homem e mulher* desvelam estratégias linguísticas que visam ressaltar, discursivamente, a presença e o valor da mulher na sociedade, pois indicam uma ruptura com a tradição e/ou prática linguística, na qual são utilizados vocábulos generalizadores masculinos, em detrimento das mulheres, ou seja, intenta-se explicitar que o todo não é masculino, mas sim formado por homens e mulheres.

Concomitantemente, ao fazer referência a si mesma, Dilma usa o termo *presidenta* e, *presidente* para Luiz Inácio Lula da Silva conforme os excertos õfoi esse mesmo sentimento de mudança e avanço que fez o povo eleger agora uma mulher presidenta, uma mulher presidentaõ (TSE) e õvenho para consolidar a obra transformadora do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Lulaõ (CN).

Observa-se uma inserção, também materializada no e pelo discurso, da mulher em uma esfera política majoritária e historicamente dominada pelo homem. Igualmente, em se tratando da flexão de gênero do substantivo *presidente*, destaca-se que, à medida em que a mulher passou a ocupar cargos políticos como, por exemplo, ministra, governadora e deputada ó houve naturalmente a mudança genérica dos termos que indicam os cargos governamentais, conforme consta de justificativa veiculada no sítio eletrônico do Palácio do Planalto.

Apesar de os dois termos serem corretos gramaticalmente, podemos notar o uso corriqueiro do substantivo não flexionado por parte da mídia brasileira para fazer menção à primeira mulher a assumir a Presidência da República, enquanto, em todas as publicações oficiais figura-se a grafia *presidenta*.

⁴ Os pronunciamentos analisados estão disponíveis na íntegra no sítio eletrônico do Planalto Central: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos>.

Charaudeau (2011, p. 65) declara que a noção de legitimidade não é exclusiva do domínio político e, de modo geral, designa o estado ou a qualidade daquele cuja ação é bem fundamentada. Visto sob esse ângulo, é na identidade social do sujeito político que se projeta sua legitimidade, pois é instituída em sua origem para justificar os feitos e os gestos daquele que age em razão de um valor que deve ser reconhecido por todos os membros de um grupo, condicionada às normas institucionais que regem cada domínio de prática social, atribuindo *status* e poderes a seus atores.

A legitimação torna-se relevante elemento configurador do processo de construção da identidade social da Presidenta, pois se corporifica, discursivamente, por meio de estratégias linguísticas, quando da abordagem dos temas gênero, inserção e prática política.

Nesse viés, a legitimidade é o resultado de um reconhecimento, pelos outros, daquilo que concede poder a alguém de fazer ou dizer em nome de um estatuto (reconhecimento em função de um cargo institucional), em nome de um saber (ser reconhecido como sábio), em nome de um saber-fazer (ser reconhecido como especialista) e, com efeito, legitimidade determina o direito do sujeito de dizer ou fazer (CHARAUDEAU, 2011, p.67).

A partir dos pressupostos teóricos apresentados pelo autor mencionado, e por nós adaptados para análise dos discursos de Dilma Rousseff como Chefe de Estado, destacamos a legitimidade por filiação criando assim outra categoria que vamos denominar ôlegitimidade por gêneroö.

Vejam os mais detalhadamente outra legitimidade, aquela que se dá por filiação e que pode ser: (i) de natureza sagrada ó os atributos e qualidades de um determinado ser dependem de uma predestinação, pois o sujeito detém em si um poder sobrenatural, mesmo se a intervenção humana se fizer sentir); (ii) de ordem social ó os atributos e qualidades são ligados a uma missão humana decorrente do fato de pertencer a um certo grupo social (classe, meio, casta) cujos membros ocuparam importantes cargos nacionais ou locais e, também, ao se invocar o testemunho de antigos; (iii) de ordem biológica ó os atributos e as qualidades não são herdados religiosa ou socialmente, porém dependem de algo misterioso pertencente aos genes e seriam da ordem da pulsão, do desejo, da paixão, do dom, do talento, ou seja, não se pode explicar por meio da crença ou da razão (CHARAUDEAU, 2011, p.71).

Ao examinarmos os excertos a seguir, constatamos no processo de construção da identidade social da presidenta Dilma Rousseff, a manifestação de estratégias linguísticas que visam ao estabelecimento da legitimidade por filiação de ordem social.

Em relação a esse aspecto, destacam-s argumentos concernentes ao papel desempenhado pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva frente à trajetória política de Dilma e, expressos por meio de alguns vocábulos como, por exemplo: *honra, apoio, privilégio, convivência, sabedoria, suceder, legado, consolidar e avançar* :

Mas eu estou muito emocionada pelo encerramento do mandato do maior líder popular que este país já teve. Ter a **honra** do seu **apoio**, ter o **privilégio** de sua **convivência**, ter aprendido com sua imensa **sabedoria**, são coisas que se guardam para a vida toda. Conviver todos estes anos como o presidente Lula me deu a dimensão do governante justo e do líder apaixonado por seu país e por sua gente. (...) A tarefa de **suceder** o presidente Lula é desafiadora. Eu saberei honrar este **legado** e saberei **consolidar** e **avançar** nessa obra de transformação do Brasil. (PP) (grifos nossos)

No discurso pronunciado no Congresso Nacional, Dilma Rousseff utiliza argumentos que visam consolidar o patrimônio político herdado e, de maneira semelhante, justificar a sua atuação política por meio de valores a serem reconhecidos e compartilhados pelos cidadãos. A Presidenta intenta inserir o outro (instância cidadã) em uma situação de que ambos reconhecem e legitimam a atuação política de Lula. Destacam-se dos termos, *obra transformadora, vigorosa experiência política, reconhecer, acreditar, investir, força do povo, lição, liderança, travessia, nossa história, deixa para todos nós, minha missão, caminho, nação geradora e amplas oportunidades*.

Venho para consolidar a **obra transformadora** do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Lula, com quem tive a mais **vigorosa experiência política** da minha vida e o privilégio de servir ao país, ao seu lado, nestes últimos anos. (...) A maior homenagem que posso prestar a ele é ampliar e avançar as conquistas do seu governo. **Reconhecer, acreditar e investir** na **força do povo** foi a maior **lição** que o Presidente Lula deixa para todos nós. Sob sua liderança, o povo brasileiro fez a **travessia** para uma outra margem da **nossa história**. **Minha missão** agora é a de consolidar esta passagem e avançar no **caminho** de uma **nação geradora** das mais **amplas oportunidades**. (CN) (grifos nossos)

No trecho a seguir, referente ao discurso pronunciado no Tribunal Superior Eleitoral, a Chefe de Estado clama para si, de modo explícito, a responsabilidade e as expectativas produzidas na relação entre patrimônio político e atuação política da primeira mulher a assumir a Presidência da República:

Sei que há muitas expectativas sobre o governo que inicio ó e iniciaremos ó em janeiro próximo. Sei da responsabilidade de suceder um governante da estatura do Presidente Lula. Sei dos imensos desafios que nosso futuro comporta. (TSE)

Em relação à legitimidade por gênero, acreditamos que esta se presentifica por meio de argumentos que evidenciam a relação entre o gênero mulher e os esforços voltados para a superação das diversas barreiras (criadas e impostas historicamente) e para a participação feminina solidificada, sobremaneira, no âmbito legislativo, político e cultural.

A participação política da mulher está ancorada em um imaginário da sociedade no qual a mulher é abordada como um meio estereotipado de mudança moral na prática política, permitindo-se a (re) construção de um espaço mais honesto e ético e, também, como elemento que ao adquirir maior presença feminina na política institucional propiciaria a inclusão na agenda política da defesa dos interesses femininos e de grupos sociais excluídos. Assim, a ideia de que as mulheres praticam uma política do desvelo permeia o imaginário da sociedade e tem sido utilizada como um diferencial feminino na política, o que justificaria a sua presença no espaço político (PINHEIRO, 2007, p.19-21).

A legitimidade por gênero está permeada pela desestabilização das fronteiras simbólicas estabelecidas a partir de um construto sócio-histórico acerca da mulher em esfera política e ambiente privado. De acordo com esse ponto de vista, a identidade social da Presidenta se constitui por si só e projeta-se em relação ao gênero mulher e, não, explicitamente, por comparação (diferenciar-se ou assemelhar-se) ao gênero homem inserida em um mesmo contexto; esquivando-se a um fenômeno unitário e homogêneo, sem desconsiderar um lugar de negociação da globalidade e da multiplicidade. Destarte, no e pelo discurso, a legitimação reitera a emancipação e, significativamente, o *empoderamento*⁵ (*empowerment*) da mulher.

A partir da nova categorização proposta, percebemos que a legitimidade por gênero é caracterizada, na construção da identidade social da presidenta, e desvelada, discursivamente, por meio da consagração dos direitos políticos da mulher, do rompimento de preconceitos, da democracia e, portanto, respaldam-se em um construto sócio-histórico.

No excerto a seguir, Dilma utiliza argumentos que redimensionam aspectos relacionados à construção da identidade social da mulher, em esfera política, ao empregar o termo flexionado *Presidenta*, sendo projetada e impulsionada a partir dos interesses de todos os cidadãos e, especificamente, como um reflexo do orgulho e da honra das mulheres brasileiras, ou seja, evoca-se um sujeito histórico coletivo.

⁵ Conforme Perkins e Zimmerman (1995, p.1) o *empoderamento* se define como um construto que liga as forças e as competências individuais, os sistemas naturais de ajuda e os comportamentos proativos às políticas e mudanças sociais.

É com grande emoção, tanto do ponto de vista da minha trajetória política, como também da minha situação como mulher brasileira. (...) Foi esse mesmo sentimento de mudança e avanço que fez o povo eleger agora uma mulher presidenta, uma mulher presidenta. Para além de minha pessoa, esse fato demonstra a crescente maturidade da nossa democracia. Esse fato rompe com os preconceitos, desafia os limites e enche de esperança um povo sofrido e, também, de orgulho as mulheres brasileiras. (...) Honrar as mulheres, cuidar dos mais frágeis e governar para todos é o que me anima e estimula ao trabalho nos próximos anos. (TSE)

No discurso pronunciado no Palácio do Planalto, Dilma, ao retomar os argumentos relacionados à inserção concreta e democrática da mulher em âmbito político, estabelece proximidade entre as instâncias pública e privada, fazendo alusão aos estereótipos culturais como, por exemplo, cuidar com carinho dos mais frágeis e necessitados e as semelhanças entre família, nação e governabilidade.

A força dessas transformações permitiu que vocês, o povo brasileiro, tivessem uma nova ousadia: colocar, pela primeira vez, uma mulher na Presidência do Brasil. Para além da minha pessoa, a valorização da mulher melhora nossa sociedade e valoriza a nossa democracia. (...) Reafirmo aqui outro compromisso: cuidarei com muito carinho dos mais frágeis e mais necessitados. Governarei para todos e todas as brasileiras. (...) O meu sonho é o mesmo sonho de qualquer cidadão ou cidadã: o sonho de que uma mãe e um pai possa oferecer aos seus filhos oportunidades melhores do que a que eles tiveram em suas vidas. Esse é o sonho que constrói um país, uma família, uma nação. Esse é o desafio que ergue um país. (PP)

No excerto a seguir, a Presidenta exalta o momento histórico de se tornar a primeira Chefe de Estado, determinando-se, a partir de sua origem (gênero mulher), a configuração de uma identidade social em processo, o que implicaria reconhecimento, por parte da esfera cidadã, acerca do exponencial papel político da mulher e, por parte da Presidenta, a construção de múltiplos cenários e a negociação da visibilidade e igualdade a serem geradas a partir de sua posse.

Outrossim, ideia-se (re)significar da adequação da prática política da mulher no que diz respeito à proteção dos mais frágeis, ao tolhimento da discriminação, de privilégio e da corrupção, à coragem para governar um país e ao afeto intrínseco à mulher.

Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher. Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão. (...) Para assumi-la tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro o meu coração para receber, neste momento, uma centelha da sua imensa energia. (...) Venho para abrir as portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidentas; e para que ó no dia de hoje ó todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher. Não venho para

enaltecer minha biografia, mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo é eu reitero é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos! (...) Não haverá de minha parte e do meu governo discriminação, privilégios ou compadrio. A partir desse momento sou a presidenta de todos os brasileiros, sob a égide dos valores republicanos. Serei rígida na defesa do interesse público. Não haverá compromisso com o desvio e o malfeito. A corrupção será combatida permanentemente, e os órgãos de controle e investigação terão todo o meu respaldo para atuarem com firmeza e autonomia. (...) É com essa coragem que vou governar o Brasil. Mas mulher não é só coragem. É carinho também. Carinho que dedico a minha filha e ao meu neto. Carinho com que abraço a minha mãe que me acompanha e me abençoa. É com esse imenso carinho que quero cuidar do meu povo, e a ele dedicar os próximos anos de minha vida. (CN)

Enfim, a identidade social da Presidenta se redimensiona e se legitima pelo gênero, estabelecendo novas configurações sociais e novas relações de poder. Miguel (2001, p. 266) declara que:

(...) as vozes das mulheres na política são, sim, vozes diferentes. Não porque a diferença sexual produza uma singularidade moral, mas porque a organização da sociedade impõe experiências de gênero diferenciadas. A presença das vozes das mulheres e de outros grupos excluídos politicamente no debate público representa, então, um passo na direção da realização da democracia, entendida no seu sentido de autonomia, isto é, a possibilidade de que os cidadãos e cidadãs fixem, eles próprios, as normas que regerão as suas vidas.

Na seção seguinte, serão apresentadas as considerações finais desse artigo no qual intentamos analisar os mecanismos discursivos de construção da identidade social da Presidenta Dilma Rousseff, buscando-se investigar os aspectos inerentes às cenas de enunciação, aos processos de legitimidade, à relação entre linguagem, ao universo feminino e à inserção política, dentre outros.

6- ALGUMAS CONCLUSÕES

A partir desse rápido exame de alguns pronunciamentos de Dilma Rousseff, perante o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Tribunal Superior Eleitoral, constatamos que as estratégias discursivas, no que diz respeito à construção da identidade social da Presidenta, estavam voltadas para a construção da legitimidade acerca da inserção política da mulher.

Ademais, o diálogo estabelecido entre gênero, discurso, identidade social e legitimidade, nos permitiu aferir que o processo de legitimação foi alinhavado por dois princípios, a saber: por filiação e por gênero.

Em se tratando de legitimidade por filiação, a Chefe de Estado recorre a argumentos estabelecidos em consonância com o papel desempenhado politicamente pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, também, com o patrimônio político por ela herdado.

O conceito de legitimidade por gênero, que estabelecemos a partir do *corpus* analisado, institui-se e consolida-se no e pelo discurso quando relacionado ao contexto sócio-histórico, ou seja, esse se encontra amalgamado às lutas das mulheres para com o sufrágio feminino, aos direitos políticos, à prática política feminina e, de forma significativa, à inserção da mulher em uma esfera política majoritariamente masculina e à conjugação deste espaço, também, para com o âmbito privado.

Essa legitimação revigora, em sua totalidade e em sua simultaneidade, o processo de construção da identidade social da presidenta, pois dialoga com a instância cidadã, com a história, com os múltiplos cenários políticos e com os diversos mecanismos discursivos; sendo estes presentes nas relações de empoderamento, de (re) significação de limites simbólicos e do imaginário social ó às vezes materializados linguisticamente ó constituídos em razão do gênero mulher.

7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Brasília: TSE, 2012. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>>. Acesso em 01 nov. 2012.
- CAMERON, D. Verbal hygiene for women: linguistics misapplied? *Applied Linguistics*, v. 15, n.4, p. 382-398, 1994.
- CHAIKA, E. *Language: the social mirror*. Boston, Massachusetts: Heinle&Heinle, 1994.
- CHARAUDEAU, P. O Discurso Político, In: EMEDIATO, W.; MACHADO, I.L MENEZES, W. *Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade*. Belo Horizonte: NAD/FALE-UFMG, 2006.
- _____. Identidade social e identidade discursiva: o fundamento da competência comunicacional In: PIETROLUONGO, M. (Org.). *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326.
- _____. *Discurso político*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- CIAMPA, A. C. Identidade. In: LANE, S.T.M.; CODO, W. (Org.) *Psicologia Social: o homem em movimento*. 10ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1992, p.58-75.

- FERREIRA, D. M. M. *Discurso feminino e identidade social*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.
- FISHMAN, P. Interaction: the work women do. In: THORNE, B.; HENLEY, N. (Org.). *Language, gender, and society*. Massachusetts: Newbury House, p. 89-101, 1983.
- LAKOFF, R. *Language and woman's place*. New York: Harper & Row, 1975.
- LEITÃO, E. V. *A mulher na língua do povo*. Belo horizonte: Itatiaia, 1988.
- MIGUEL, L. F. Política de interesses, política do desvelo: representação e singularidade feminina. *Revista Estudos Feministas*, 2001. p.253-266.
- MOITA LOPES, L. P. (Org.) *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. 2.ed. São Paulo: Parábola, 2008.
- PERKINS, D.D.; ZIMMERMAN, M.A. Empowerment meets narrative: listening to stories and creating settings. *American Journal of Community Psychology*. Oct. v. 23. n. 5. p. 569-579, 1995.
- PINHEIRO, L. S. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.
- POYTON, C. *Language and gender making the difference*. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- Pronunciamentos da Presidenta Dilma Rousseff. Disponível em < <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos> >. Acesso em 01 set. 2012.
- RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora de uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, Inês (Org.). *Língua(gem) e Identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, p.21-46, 1998.
- SANTOS, W. G. dos. Votos e partidos: almanaque de dados eleitorais. *Brasil e outros países*. Rio de Janeiro: FGV, p.297-303, 2002.
- SILVA, S. V. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. *Revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, n. 262, 2000.
- SILVEIRA, R. M. G. Diversidade de gênero ó mulheres. *Direitos Humanos: capacitação de educadores*. ZENAIDE, M. N. T. *et al.* João Pessoa, PB : Editora Universitária, UFPB, 2008. p. 43-58.
- TANNEN, D. *You just don't understand*. New York: Ballantine Books, 1990.
- _____. *Gender and discourse*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

VALÉRIO, K. M. *Dinâmicas interativas no discurso da mulher: o papel da inserção social*. 288 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) ó Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

WOOD, J. T. *Gendered lives: communication, gender and culture*. Belmont: Wadsworth, 1993.

ZIMMERMAN, D. H.; WEST, C. Sex roles, interruptions and silence in conversation. In: THORNE, B., HENLEY, N. (Org). *Language and sex: difference and dominance*. Rowley, Massachusetts: Newbury House, 1975.

Recebido em 20 de novembro de 2012

Aceito em 4 de dezembro de 2012